

1 Contexto Operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2016 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras trimestrais estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo e ou passivo líquido de benefício é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2 (a, ii) – Controladas;
- Nota explicativa 2.2 (a, iv) – Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture – Joint operation*);
- Nota explicativa 16 – Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota explicativa 17 – Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados;
- Nota explicativa 18 – Impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas.

(i) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(v) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(vi) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua

participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

<u>Controladas</u>	<u>Denominação</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China
Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
Pologren Austrália Pty Ltd.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
Volgren Austrália Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
Marcopolo Canadá Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Neobus Chile SPA	Neobus Chile	Peso Chileno	Chile
NewRoad México S.A. de C.V.	NewRoad	Peso Mexicano	México
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar Americano	México

Volare Veículos Ltda.
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.
Volare Del Peru S.A.C.

Volare Veículos
Volare Comércio
Volare Peru

Reais
Reais
Novo Sol

Brasil
Brasil
Peru

Controladas em conjunto

GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.
Kamaz Marco LLC.
Loma Hermosa S.A.
Metalpar S.A.
Metalsur Carrocerias S.R.L.
Marcopolo Argentina S.A.
New Flyer Industries Inc.
Superpolo S.A.
Tata Marcopolo Motors Limited.

Denominação

GB Polo
Kamaz
Loma
Metalpar
Metalsur
Marsa
New Flyer
Superpolo
TMML

Moeda funcional

Libra Egípcia
Rublo
Peso Argentino
Peso Argentino
Peso Argentino
Peso Argentino
Dólar Canadense
Peso Colombiano
Rúpia

País

Egito
Rússia
Argentina
Argentina
Argentina
Argentina
Canadá
Colômbia
Índia

Coligadas

Mercobus S.A.C.
Setbus Soluções Automotivas Ltda.
Spheros Climatização do Brasil S.A.
Spheros México S.A. de C.V.
Spheros Thermosystems Colômbia Ltda.
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.

Denominação

Mercobus
Setbus
Spheros
Spheros México
Spheros Colômbia
WSul

Moeda funcional

Novo Sol
Reais
Reais
Peso Mexicano
Peso Colombiano
Reais

País

Peru
Brasil
Brasil
México
Colômbia
Brasil

2.5 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo; e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é

atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que incluía uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 Ativos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do período.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(c) Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo

amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do período.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6.4 Recompra e reemissão de ações – Ações em Tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.6.5 Redução ao valor recuperável *Impairment*

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(d) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(e) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não

exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As

marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(f) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) **Amortização**

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.16 Provisão para garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação a probabilidades associadas.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 180 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido do período, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.18 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do período;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos.

Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.19 Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral Ordinária.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

2.21 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas informações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *Accounting for AquisitionsofInterests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

Consolidado				
30/09/16				
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	363.445	4.588	360.600	118.270
Dólares australianos	32.348	38.746	83.587	11.837
Novo sol	136	182	-	-
Randes sul-africanos	19.201	1.245	966	3.759
Renminbis chinês	19.477	4.634	26.548	-
	<u>434.607</u>	<u>49.395</u>	<u>471.701</u>	<u>133.866</u>

Consolidado				
31/12/15				
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	333.291	5.903	461.857	78.943
Dólares australianos	34.684	28.506	79.920	32.039
Pesos argentinos	-	-	-	4.410
Randes sul-africanos	11.163	13.758	624	13.151
Renminbis chinês	25.390	7.329	22.911	-
	<u>404.528</u>	<u>55.496</u>	<u>565.312</u>	<u>128.543</u>

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de

contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 46,0% das receitas previstas para 2016, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 32.806 (controladora) e R\$ 87.539 (consolidado) em 30 de setembro de 2016 (R\$ 32.572 e R\$ 77.588 em 31 de dezembro de 2015) representativos de 6,5% e 5,8%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (5,6% e 4,7% em 31 de dezembro de 2015), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

		Consolidado			
		30/09/16			
		Fluxo de caixa contratual			
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.388.960	2.726.350	1.726.246	783.305	216.799
Fornecedores	253.618	253.618	253.618	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	1.012	1.012	1.012	-	-

		Consolidado			
		31/12/15			
		Fluxo de caixa contratual			
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.474.846	2.788.174	1.014.846	1.594.096	179.232
Fornecedores	249.138	249.138	249.138	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	921	921	921	-	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		11,75	14,69	17,63
TJLP - %		7,50	9,38	11,25
Taxa cambial - US\$		3,40	4,25	5,10
Taxa cambial - Euro		3,65	4,56	5,48
LIBOR - %		1,30	1,63	1,95
Custo do ACC deságio - %		3,04	3,80	4,56
	Aplicações financeiras	136.760	170.858	204.922
	Relações interfinanceiras	77.447	82.640	90.834
	Empréstimos e financiamentos	(163.595)	(267.731)	(373.919)
	Forwards	(3.739)	(29.370)	(51.174)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	18.325	119.210	220.094
		<u>65.198</u>	<u>75.607</u>	<u>90.757</u>

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são:

WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*), Dívida líquida/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados (Nota 27):

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>
Total dos empréstimos	2.388.960	2.474.846	1.725.232	1.755.647	663.728	719.199
Instrumentos financeiros derivativos	1.012	921	1.012	921	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.361.671)	(1.131.162)	(1.336.071)	(1.111.998)	(25.600)	(19.164)
Menos: aplicações financeiras	(221.591)	(232.211)	(221.591)	(232.211)	-	-
Menos: instrumentos financeiros derivativos	(3.782)	(1.803)	(3.782)	(1.803)	-	-
Dívida líquida (A)	<u>802.928</u>	<u>1.110.591</u>	<u>164.800</u>	<u>410.556</u>	<u>638.128</u>	<u>700.035</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.912.430</u>	<u>1.828.085</u>	<u>1.677.313</u>	<u>1.602.208</u>	<u>235.117</u>	<u>225.877</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	42	61	10	26	271	310

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado	
	30/09/16	31/12/15
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Fundo de investimento renda fixa	165	152
- Derivativos para negociação	3.782	1.803
Ativos disponíveis para venda		
- Certificados de depósitos bancários	189.072	184.714
	<u>193.019</u>	<u>186.669</u>
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	1.012	921
	<u>1.012</u>	<u>921</u>

4.4 Outros fatores de risco

A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras, perdas financeiras ou danos à sua imagem tenham ocorrido. Tais procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Disponível para venda

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) **Outros passivos financeiros**

- (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do ativo	Consolidado		Consolidado	
	30/09/16		31/12/15	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	2.388.960	2.349.884	2.474.846	2.441.926

- (ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) **Instrumentos financeiros derivativos**

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

					Valor nocional	Valor justo		Valores a receber	
<u>Empresa</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Posição</u>	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Marcopolo</u>					<u>USD mil</u>				
	BRABESCO	Venda	19.05.16	13.12.16	11.100	1.174	288	1.174	288
	SAFRA	Venda	02.06.16	08.11.16	1.420	657	-	657	-
	HSBC	Venda	18.05.16	29.11.16	10.720	1.833	-	1.833	-
	SANTANDER	Venda	29.07.16	29.11.16	2.200	86	41	86	41
						<u>3.750</u>	<u>329</u>	<u>3.750</u>	<u>329</u>
<u>Masa</u>					<u>USD mil</u>				
	ABSA	Compra	23.08.16	31.01.17	652	32	-	32	-
	STD					-	1.380	-	1.380
						<u>32</u>	<u>1.380</u>	<u>32</u>	<u>1.380</u>
<u>MP Austrália</u>					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION					-	4	-	4
						-	4	-	4
<u>Volare</u> <u>Veículos</u>					<u>USD mil</u>				
	BBA					-	90	-	90
						-	90	-	90
						<u>3.782</u>	<u>1.803</u>	<u>3.782</u>	<u>1.803</u>

Passivos

Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	Valor nocional	Valor justo		Valores a pagar	
					30/09/16	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
<u>Marcopolo</u>					<u>USD mil</u>				
	BRABESCO	Venda	26.09.16	22.12.16	4.700	(108)	(63)	(108)	(63)
	HSBC	Venda	11.08.16	20.10.16	3.300	(158)	-	(158)	-
	SAFRA	Venda	16.08.16	24.11.16	1.500	(25)	(73)	(25)	(73)
	SANTANDER	Venda	15.08.16	22.11.16	1.500	(19)	(38)	(19)	(38)
	BBA					-	(73)	-	(73)
						(310)	(174)	(310)	(174)
<u>Masa</u>					<u>USD mil</u>				
	STD	Compra	08.07.16	31.10.16	256	(72)	-	(72)	-
	ABSA	Compra	29.07.16	14.10.16	249	(20)	-	(20)	-
						(92)	-	(92)	-
<u>MP Austrália</u>					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	09.10.15	06.12.16	1.412	(326)	(405)	(326)	(405)
	CITIBANK	Compra	14.06.16	06.10.16	517	(72)	-	(72)	-
					<u>SGD mil</u>				
	CITIBANK	Compra	09.10.15	06.10.16	329	(30)	(50)	(30)	(50)
					<u>CNY mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	06.04.16	15.11.16	5.179	(91)	-	(91)	-
	CITIBANK	Compra				-	(14)	-	(14)
					<u>CHF mil</u>				
	CITIBANK	Compra	09.10.15	06.10.16	290	-	(81)	-	(81)
						(91)	(197)	(91)	(197)
						(610)	(747)	(610)	(747)
						(1.012)	(921)	(1.012)	(921)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015 conforme abaixo:

	Ganhos/perdas realizados			
	Juros sobre derivativos		Variação Cambial sobre derivativos	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Marcopolo	5.125	(1.124)	13.982	8.185
Masa	-	-	(299)	(478)
MP Austrália	-	-	-	(618)
Volare Veículos	(263)	-	(262)	16

6 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) **Controladas**

Controladas	Percentual de participação					
	30/09/16			31/12/15		
	Direta	Indireta	Participação dos não controladores	Direta	Indireta	Participação dos não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
Mapla	-	-	-	99,99	0,01	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	100,00	-	-
Pologren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
San Marino	100,00	-	-	-	-	-
Rotas do Sul (2)	-	100,00	-	-	-	-
San Marino México (2)	-	100,00	-	-	-	-
NewRoad (2)	-	100,00	-	-	-	-
Neobus Chile (2)	-	100,00	-	-	-	-
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Peru	99,90	0,10	-	-	-	-

(1) Consolida na MP Austrália.

(2) Consolida na San Marino.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
 - (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
 - (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
 - (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
 - (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações financeiras consolidadas.
- (b) **Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)**

Coligadas	Percentual de participação			
	30/09/16		31/12/15	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
GB Polo	49,00	-	49,00	-

Kamaz	50,00	-	50,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	-	50,00	-	50,00
Metalsur (1)	-	51,00	-	51,00
Marsa (1)	-	50,00	-	50,00
New Flyer	-	10,81	-	19,99
San Marino	-	-	45,00	-
Rotas do Sul (2)	-	-	-	45,00
San Marino México (2)	-	-	-	45,00
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39
TMML	49,00	-	49,00	-

- (1) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na Loma;
(2) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na San Marino.

O montante dos principais saldos das informações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
GBPollo	109.173	145.690	110.102	139.135	38.404	74.137	(7.020)	14.633
Kamaz	5.458	6.782	10.566	12.416	2.192	13.460	408	(1.728)
Loma	182.860	214.873	115.518	135.175	283.628	312.242	12.580	21.220
Superpolo	213.538	172.207	136.027	91.430	213.464	160.982	10.786	10.131
TMML	185.724	208.492	140.951	162.739	190.040	252.306	7.704	2.969

(c) **Coligadas (não consolidadas)**

Coligadas	Percentual de participação			
	30/09/16		31/12/15	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mercobus	40,00	-	40,00	-
MVC	-	-	26,00	-
Setbus	25,10	21,96	25,10	21,96
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (1)	-	40,00	-	40,00
WSul	30,00	-	30,00	-

- (1) Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das informações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Mercobus	5.092	7.189	2.314	1.266	6.340	8.830	2.303	3.240
MVC	-	585.053	-	584.615	-	230.963	-	(14.965)
Setbus	11.418	11.801	24.545	22.996	11.026	10.159	(1.928)	(3.861)
Spheros	88.237	61.700	38.717	26.452	150.687	100.311	15.480	11.220
WSul	10.098	7.685	1.981	1.422	15.471	14.118	1.853	60

7 Caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	26.176	43.588	29.867	44.682
No exterior	105	260	213.798	128.388
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	999.541	879.395	1.118.006	958.092
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.025.822</u>	<u>923.243</u>	<u>1.361.671</u>	<u>1.131.162</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 99,0% e 102,0% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,2% do CDI em 30 de setembro de 2016.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Circulante				
Mantidos para negociação				
Fundos de investimentos de renda fixa	165	152	165	152
Derivativos – mercado a termo (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	3.750	329	3.782	1.803
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários(*)	<u>186.996</u>	<u>184.714</u>	<u>189.072</u>	<u>184.714</u>
	<u>190.911</u>	<u>185.195</u>	<u>193.019</u>	<u>186.669</u>
Não circulante				
Disponíveis para venda				
Partes relacionadas	<u>70.888</u>	<u>114.878</u>	<u>32.354</u>	<u>47.345</u>
	<u>70.888</u>	<u>114.878</u>	<u>32.354</u>	<u>47.345</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 101,0% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,1% do CDI em 30 de setembro de 2016.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Circulante				
No mercado nacional	143.615	252.236	235.457	331.026
No mercado externo	299.921	290.792	444.220	416.056
Partes relacionadas	68.503	44.347	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	337.731	357.634
Ajuste a valor presente	(4.495)	(3.571)	(6.097)	(4.178)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.806)	(32.572)	(70.657)	(67.938)
	<u>474.738</u>	<u>551.232</u>	<u>940.654</u>	<u>1.032.600</u>
Não circulante				
Relações interfinanceiras	-	-	505.166	547.865
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.882)	(9.650)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>488.284</u>	<u>538.215</u>
	<u>474.738</u>	<u>551.232</u>	<u>1.428.938</u>	<u>1.570.815</u>

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Valores a vencer	320.627	351.874	1.288.489	1.308.040
Vencidos:				
Até 30 dias	37.798	43.589	39.641	79.474
Entre 31 e 60 dias	23.465	19.664	25.645	27.973
Entre 61 e 90 dias	11.142	5.382	14.323	10.402
Entre 91 e 180 dias	23.066	7.838	29.765	35.323
Acima de 181 dias	95.941	159.028	124.711	191.369
Ajuste a valor presente	(4.495)	(3.571)	(6.097)	(4.178)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.806)	(32.572)	(87.539)	(77.588)
	<u>474.738</u>	<u>551.232</u>	<u>1.428.938</u>	<u>1.570.815</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(28.428)	(77.681)
Provisão registrada no período	(3.338)	(8.314)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	1.651	14.536
Variação cambial	<u>(2.457)</u>	<u>(6.129)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(32.572)	(77.588)
Provisão registrada no período	(1.023)	(17.744)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	789	3.853
Variação cambial	<u>-</u>	<u>3.940</u>
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>(32.806)</u>	<u>(87.539)</u>

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Reais	174.817	260.440	994.331	1.166.287
Dólar Americano	299.921	290.792	363.445	333.291
Dólar Australiano	-	-	32.348	34.684
Rande	-	-	19.201	11.163
Renminbi	-	-	19.477	25.390
Novo Sol	-	-	136	-
	<u>474.738</u>	<u>551.232</u>	<u>1.428.938</u>	<u>1.570.815</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Produtos acabados	78.304	77.974	122.677	124.782
Produtos em elaboração	47.518	31.548	125.556	68.368
Matérias-primas e auxiliares	112.615	115.230	234.653	225.370
Adiantamentos a fornecedores e outros	1.633	2.637	26.140	26.582
Provisão para perdas nos estoques	(3.934)	(857)	(10.590)	(7.328)
	<u>236.136</u>	<u>226.532</u>	<u>498.436</u>	<u>437.774</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(2.200)	(7.036)
Reversão de provisão	1.973	4.833
Provisão registrada no período	(630)	(3.773)
Variação cambial	-	(1.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(857)	(7.328)
Reversão de provisão	-	3.231
Provisão registrada no período	(3.077)	(7.883)
Variação cambial	-	1.390
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>(3.934)</u>	<u>(10.590)</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	103.501	19.091	67.189	26.841
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	10.605	6.029	14.017	8.712
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	12.938	11.551	13.400	11.674
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	20.049	6.393	30.457	12.752
Programa de Integração Social (PIS)	899	1.894	3.780	3.898
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4.358	6.934	20.407	18.089
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	9.896	14.112	10.520	14.701
Reintegra	3.632	7.292	4.559	7.642
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	23.288	14.003
Outros	45	45	61	74
	<u>165.923</u>	<u>73.341</u>	<u>187.678</u>	<u>118.386</u>
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	403	629	627	842
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	10.142	-
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	2.634	-
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	213	65
	<u>403</u>	<u>629</u>	<u>13.616</u>	<u>907</u>
	<u>166.326</u>	<u>73.970</u>	<u>201.294</u>	<u>119.293</u>

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Controladas	1.108.426	1.197.584	-	-
Controladas em conjunto	99.344	172.395	291.366	500.340
Coligadas	20.059	15.650	20.059	15.650
Outros investimentos	-	-	181	139
	<u>1.227.829</u>	<u>1.385.629</u>	<u>311.606</u>	<u>516.129</u>

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

[illegible][illegible]

Coligadas:

	Coligadas					
	Total					
	MVC	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	
	(*)	(1)				
Dados dos investimentos						
Capital social	-	222	15.000	1.000	6.100	
Patrimônio líquido ajustado	-	2.778	49.520	(13.127)	8.117	
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	25	1.830.000	
% de participação	26,00	40,00	40,00	25,10	30,00	
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	2.303	15.480	(1.928)	1.853	
Movimentação dos investimentos						
Saldos iniciais:						
Pelo valor patrimonial	114	2.369	14.099	(2.811)	1.879	15.650
Dividendos recebidos	-	(1.837)	-	-	-	(1.837)
Resultado de equivalência patrimonial	(114)	921	6.192	(484)	556	7.071
Ajustes acumulados de conversão	-	(342)	(483)	-	-	(825)
Saldos finais:						
Pelo valor patrimonial	-	1.111	19.808	(3.295)	2.435	20.059
(1) Empreendimento no exterior.						
(*) Investimento alienado em 10 de junho de 2016.						

(b) **Aquisição de empreendimento controlado em conjunto – San Marino Ônibus e Implementos Ltda**

A Companhia concluiu em 03 de agosto de 2016 a aquisição do controle da empresa San Marino Ônibus e Implementos Ltda. No processo de aquisição do investimento foi apurado um ágio no montante de R\$ 11.659 após a Alocação do Preço de Compra de R\$ 24.413. A soma dos valores dos ativos líquidos adquiridos, resultaram nos seguintes montantes:

	R\$ Mil
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4.127
Clientes	99.063
Estoque	59.272
Outros	24.180
	186.642
Não Circulante	
Outros ativos	47.379
Imobilizado	152.365
Intangível	4.068
	203.812
Total do Ativo	390.454
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	(44.468)
Empréstimos e financiamentos	(136.896)
Outros	(31.345)
	(212.709)
Não Circulante	
Empréstimos e financiamentos	(106.833)
Outros	(44.096)
Total do Passivo	(150.929)

Ativos líquidos de passivos	26.816
% de participação comprada	100,00%
Contra prestação	62.888
Patrimônio líquido adquirido	26.816
Mais valia de ativos	
Terrenos	16.518
Prédios	7.895
Ágio remanescente	11.659

A Companhia está em fase final de revisão dos valores justos apurados para alocação do ágio na aquisição da operação, dentro do período de mensuração previstos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, sendo que a Administração considera que a conclusão desta revisão não afetará de forma relevante a alocação apresentada neste trimestre.

12 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	18.071	108.360	75.976	3.809	5.906	3.004	175	6.591	221.892
Adições	4	342	1.887	129	533	18	-	1.724	4.637
Baixas	-	(5)	(486)	(10)	(20)	(4)	-	(177)	(702)
Transferências	-	3.588	(150)	-	-	-	-	(3.438)	-
Depreciações	-	(2.908)	(9.640)	(421)	(1.601)	(440)	-	-	(15.010)
Saldos em 30 de setembro de 2016	18.075	109.377	67.587	3.507	4.818	2.578	175	4.700	210.817
Custo do imobilizado	18.075	185.695	202.378	9.173	19.677	7.035	175	4.700	446.908
Depreciação acumulada	-	(76.318)	(134.791)	(5.666)	(14.859)	(4.457)	-	-	(236.091)
Valor residual	18.075	109.377	67.587	3.507	4.818	2.578	175	4.700	210.817
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	22.927	298.870	182.428	9.075	7.640	6.972	3.490	29.938	561.340
Efeito cambial	(75)	(428)	(4.824)	(202)	-	(446)	(608)	-	(6.583)
Adições	19	20.174	42.089	457	660	594	580	(1.132)	63.441
Baixas	-	(5)	(2.302)	(43)	(47)	(4)	(509)	(177)	(3.087)
Aquisição de investimento	40.997	59.627	41.987	1.650	-	3.946	785	3.373	152.365
Transferências	16.518	11.608	(164)	-	(95)	(11)	-	(3.443)	24.413
Depreciações	-	(4.325)	(22.517)	(979)	(1.896)	(1.382)	(574)	-	(31.673)
Saldos em 30 de setembro de 2016	80.386	385.521	236.697	9.958	6.262	9.669	3.164	28.559	760.216
Custo do imobilizado	80.386	492.724	527.073	22.927	22.970	21.077	16.386	28.559	1.212.102
Depreciação acumulada	-	(107.203)	(290.376)	(12.969)	(16.708)	(11.408)	(13.222)	-	(451.886)
Valor residual	80.386	385.521	236.697	9.958	6.262	9.669	3.164	28.559	760.216
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

(c) **Garantia**

Em 30 de setembro de 2016, propriedades com valor contábil residual de R\$ 24.017 mil (R\$ 27.413 mil em 31 de dezembro de 2015) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

13 Ágio e intangível

(a) **Síntese da movimentação do intangível da controladora**

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.538	36	5.574
Adições	254	-	254
Baixas	-	-	-
Amortizações	(1.401)	(8)	(1.409)
Saldos em 30 de setembro de 2016	4.391	28	4.419
Custo do intangível	50.430	338	50.768
Amortização acumulada	(46.039)	(310)	(46.349)
Valor residual	4.391	28	4.419
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) **Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado**

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Efeito cambial	(585)	-	(96)	(1.559)	(27.648)	(29.888)
Adições	661	-	-	-	1.070	1.731
Baixas	(5)	-	-	(336)	(31.722)	(32.063)
Aquisição de investimento	1.760	945	-	1.363	-	4.068
Transferências	-	-	-	-	(24.413)	(24.413)
Amortizações	(2.169)	(8)	(2.898)	-	-	(5.075)
Saldos em 30 de setembro de 2016	9.531	973	79	10.501	203.873	224.957
Custo do imobilizado	66.942	1.283	19.294	12.276	203.873	303.668
Amortização acumulada	(57.411)	(310)	(19.215)	(1.775)	-	(78.711)
Valor residual	9.531	973	79	10.501	203.873	224.957
Taxas anuais de amortização - %	2,0	8,3	25,0	10,0		

A Companhia efetua no final de cada exercício testes de eventuais perdas (*impairment*) no ágio, ou sempre que houver indicadores de que uma perda possa ter ocorrido.

14 Partes relacionadas

(a) **Saldos e transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 30 de setembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta-corrente	Saldos passivos por mútuo e conta-corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/serviços	Compras de produtos/serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Apolo	-	-	-	147	-	-	-	-
Ciferal	23	-	4.887	102	15.567	3.127	-	-
GB Polo	29.057	-	5.828	-	1.820	-	536	-
Kamaz	1.708	-	-	-	-	-	19	-
Ilmot	455	-	-	-	-	-	17	-
Loma	-	-	13.417	-	48.394	-	-	-
Mac	-	-	7.568	-	2.163	-	-	-
Masa	-	-	9.160	-	15.421	-	-	-
Moneo	26	-	-	-	-	-	3	-
Polomex	-	-	30.019	-	63.267	-	-	-
San Marino	-	-	46	-	607	-	-	-
Setbus	1.528	-	-	23	1	1.426	-	-
Spheros	-	-	1	2.676	27	24.341	-	-
Superpolo	-	-	1.896	-	4.951	-	-	-
Syncroparts	-	-	-	-	-	-	-	-
TMML	-	-	7.120	-	2.867	-	-	-
Trading	-	-	-	-	-	-	-	-
Volare Veículos	38.030	-	9.498	633	3.613	-	4.561	-
Volare Comércio	-	7	4.853	338	5.893	-	38	-
Volare Peru	-	-	1.252	-	4.629	-	-	-
WSul	61	-	-	954	-	5.319	-	-
Saldo em 30/09/16	<u>70.888</u>	<u>7</u>	<u>95.545</u>	<u>4.873</u>	<u>169.220</u>	<u>34.213</u>	<u>5.174</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/15	<u>114.878</u>	<u>2</u>	<u>72.875</u>	<u>4.845</u>	<u>168.592</u>	<u>52.028</u>	<u>3.869</u>	<u>-</u>

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	30/09/16				
	Fixa	Variável	Plano de aposen-tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	6.185	4.646	108	82	11.021
Diretores não estatutários	6.032	6.813	230	47	13.122
	<u>12.217</u>	<u>11.459</u>	<u>338</u>	<u>129</u>	<u>24.143</u>

30/09/15

	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	6.280	4.957	121	29	11.387
Diretores não estatutários	5.508	1.040	187	22	6.757
	<u>11.788</u>	<u>5.997</u>	<u>308</u>	<u>51</u>	<u>18.144</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Moeda nacional						
FINAME	5,73	2016 a 2025	11.735	12.957	48.188	23.340
Empréstimos bancários	10,76	2016 a 2021	77	74	64.426	143
Depósitos interfinanceiros	15,98	2017	-	-	48.668	39.425
FINEP	4,85	2017 a 2025	212.326	186.365	281.549	199.549
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	-	-	107.264	109.574
Fundepar - ES	-	2026	-	-	30.000	-
Exim	7,64	2017 a 2018	-	-	41.872	-
Pré-embarque especial (*)	10,95	2017 a 2018	275.730	302.136	275.730	302.136
Notas de créditos exportação - Compulsório	9,20	2017 a 2019	404.502	556.339	404.502	556.339
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio - USD	4,08	2017	16.610	-	56.112	-
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,12	2018	271.757	413.004	271.757	413.004
Notas de créditos exportação - USD	3,26	2018	32.731	48.854	32.731	48.854
Financiamento em randes	8,67	2017 a 2020	-	-	966	624
Financiamento em renminbi	5,00	2016 a 2017	-	-	26.548	22.911
Financiamento em dólares australianos	2,69	2016	-	-	83.587	79.173
Partes relacionadas em reais CDI	-	-	7	2	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			<u>1.225.475</u>	<u>1.519.731</u>	<u>1.773.900</u>	<u>1.795.072</u>
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré fixadas	4,06	2016 a 2024	-	-	480.727	613.321
BNDES – Operações Pós fixadas	TJLP + 1,59	2016 a 2022	-	-	115.407	66.453
BNDES – Operações Pós fixadas	SELIC + 1,58	2016 a 2022	-	-	18.926	-
Subtotal de captações no mercado aberto			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>615.060</u>	<u>679.774</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>1.225.475</u>	<u>1.519.731</u>	<u>2.388.960</u>	<u>2.474.846</u>
Passivo circulante			<u>(436.374)</u>	<u>(582.682)</u>	<u>(962.399)</u>	<u>(965.139)</u>
Passivo não circulante			<u>789.101</u>	<u>937.049</u>	<u>1.426.561</u>	<u>1.509.707</u>

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
De 13 a 24 meses	387.312	577.147	542.960	800.335
De 25 a 36 meses	243.529	218.705	390.517	338.985
De 37 a 48 meses	85.257	78.617	181.895	166.868
De 49 a 60 meses	20.564	30.408	72.493	78.170
Após 60 meses	52.439	32.172	238.696	125.349
	<u>789.101</u>	<u>937.049</u>	<u>1.426.561</u>	<u>1.509.707</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 24.017 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 22.317 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 256.498 mil em 30 de setembro de 2016 (R\$ 506.424 mil em 31 de dezembro de 2015). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 3 anos. Contudo, os contratos possuem cláusulas restritivas “*Covenants*”, que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Caso ocorra essa situação, a Companhia reclassifica esses montantes para o passivo circulante e toma providências para o restabelecimento dos indicadores contratuais.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
De 1 a 12 meses	250.978	256.531	228.502	235.174
De 13 a 24 meses	182.240	206.892	166.332	192.044
De 25 a 36 meses	123.833	133.351	114.495	124.095
Após 36 meses	111.015	135.205	105.731	128.461
	<u>668.066</u>	<u>731.979</u>	<u>615.060</u>	<u>679.774</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

		Controladora			
		30/09/16		31/12/15	
Natureza		Provável	Possível	Provável	Possível
Cível		964	-	964	-
Trabalhista		14.077	27.696	11.065	16.677
Tributário		14.615	135.839	13.494	125.939
		<u>29.656</u>	<u>163.535</u>	<u>25.523</u>	<u>142.616</u>
		Consolidado			
		30/09/16		31/12/15	
Natureza		Provável	Possível	Provável	Possível
Cível		2.007	442	964	442
Trabalhista		16.974	28.208	12.689	16.677
Tributário		14.811	183.675	13.688	172.091
		<u>33.792</u>	<u>212.325</u>	<u>27.341</u>	<u>189.210</u>
		Controladora			
		30/09/16		31/12/15	
Depósitos judiciais		30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Cível		980	980	3.694	980
Trabalhista		4.137	2.676	6.104	3.855
Tributário		2.073	1.772	8.055	7.592
		<u>7.190</u>	<u>5.428</u>	<u>17.853</u>	<u>12.427</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

• **Prováveis perdas - provisionadas**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
REINTEGRA–apropriação de crédito (i)	530	484	530	484
Regime Fiscal Especial – crédito tributário (ii)	11.129	10.171	11.129	10.171
Outras contingências de menor valor	2.956	2.839	3.152	3.033
	<u>14.615</u>	<u>13.494</u>	<u>14.811</u>	<u>13.688</u>

- (i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA – contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012.
- (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.

• **Possíveis perdas - não provisionadas**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	6.849	6.497	6.849	6.497
COFINS – pedido de restituição (i)	19.612	18.207	19.612	18.207
PIS, COFINS – crédito	7.572	6.992	7.572	6.992
PIS – compensações (ii)	12.697	11.444	12.697	11.444
IPI – crédito	1.805	1.825	1.805	1.825
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.726	2.609	2.726	2.609
IRPJ e CSLL – Saldo Negativo (iii)	15.532	14.445	15.532	14.445
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (iv)	26.265	24.319	26.265	24.319
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior	3.220	2.957	3.220	2.957
REINTEGRA – Compensação (v)	13.807	12.822	13.807	12.822
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (vi)	-	-	33.921	32.135
ICMS – documentos fiscais inidôneos (vii)	14.216	13.139	14.216	13.139
ISS - serviços tomados de terceiros	5.242	4.782	5.242	4.782
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	6.296	5.901	6.296	5.901
Outras contingências de menor valor	-	-	13.915	14.017
	<u>135.839</u>	<u>125.939</u>	<u>183.675</u>	<u>172.091</u>

(i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

(ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul.

(iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza	Consolidado			
	30/09/16		31/12/15	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	12.937	12.189	11.851	11.166
Previdenciário	-	2.662	-	2.438
	<u>12.937</u>	<u>14.851</u>	<u>11.851</u>	<u>13.604</u>

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os reconhece após o trânsito em julgado ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo

(principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No período findo em 30 de setembro de 2016 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 9.121 (R\$ 8.695 em 30 de setembro de 2015). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Valor presente das obrigações atuariais	(216.263)	(196.773)	(218.470)	(198.861)
Valor justo dos ativos do plano	248.800	219.711	251.339	222.042
Superávit não sujeito a reembolso ou de redução nas contribuições futuras	(32.537)	(22.938)	(32.869)	(23.181)
Passivo a ser reconhecido	-	-	-	-

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 30 de setembro de 2016

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o período é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Contribuições dos participantes do plano	7.198	10.165	7.282	10.298
Perdas (ganhos) atuariais	(7.198)	(10.165)	(7.282)	(10.298)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	-	-	-	-
Em 30 de setembro	-	-	-	-

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Em 1º de janeiro	219.711	210.184	222.042	212.329
Contribuição dos patrocinadores	7.198	10.165	7.282	10.298
Contribuição dos empregados	207	482	208	490
Benefícios pagos	(7.596)	(9.806)	(7.596)	(9.807)
Retorno esperado dos ativos do plano	29.280	8.686	29.403	8.732
Em 30 de setembro	248.800	219.711	251.339	222.042

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Em 1º de janeiro	196.773	205.606	198.861	207.698
(Ganhos) perdas atuariais	6.893	(27.666)	6.750	(28.049)
Custo dos serviços correntes	1.854	4.545	1.920	4.675
Custo financeiro	18.132	23.612	18.327	23.854
Contribuições dos empregados	207	482	208	490
Benefícios pagos	(7.596)	(9.806)	(7.596)	(9.807)
Em 30 de setembro	<u>216.263</u>	<u>196.773</u>	<u>218.470</u>	<u>198.861</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Custo dos serviços correntes	1.854	4.545	1.920	4.675
Custo financeiro	(320)	(706)	(324)	(715)
Total incluído nos custos de pessoal	<u>1.534</u>	<u>3.839</u>	<u>1.596</u>	<u>3.960</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• **Hipóteses econômicas**

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Taxa de desconto (*)	12,68	12,68	12,68	12,68
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,68	12,68	12,68	12,68
Aumentos salariais futuros	7,52	7,52	7,52	7,52
Inflação	5,00	5,00	5,00	5,00

(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 5,00% a.a. mais juros 7,31% a.a para o período findo em 30 de setembro de 2016 (inflação de 5,00% a.a. mais juros de 7,31% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

• **Hipóteses demográficas**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Ativo				
Provisão para assistência técnica	17.831	24.214	22.577	43.390
Provisão para comissões	29.660	36.864	33.199	40.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.426	5.175	30.301	24.952
Provisão para participação nos resultados	35.163	18.118	35.365	19.493
Provisão para contingências	29.655	25.523	33.825	27.341
Provisão sobre avais com terceiros	75	75	149	146
Provisão para perdas nos estoques	3.934	857	8.528	7.328
Provisão para serviços de terceiros	11.624	12.231	11.624	12.231
Provisão para rescisões contratuais	36.690	13.779	36.690	13.779
Programa de desenvolvimento industrial - PDI	18.779	-	18.779	-
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	(3.440)	(155)	(3.440)	(882)
Ajuste a valor presente	3.164	2.590	3.172	2.919
Depreciação fiscal	(31.866)	(32.565)	(36.282)	(45.318)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	72.843	-
IR/CS sobre resultados no Exterior	(223.971)	-	(223.971)	-
Outras provisões	20.514	11.956	54.935	36.451
Base de cálculo	(47.762)	118.662	98.294	182.753
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos Ativo e (Passivo)	(16.239)	40.345	33.420	62.136

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo e passivo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

Ativo (Passivo)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
De 13 meses em diante	(16.239)	40.345	33.420	62.136
	(16.239)	40.345	33.420	62.136

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora				Consolidado			
	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15
Conciliação								
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	239.188	2.617	312.060	67.714	288.891	9.308	375.260	83.616
Alíquota nominal - %	34	34	34	34	34	34	34	34
	81.324	890	106.100	23.023	98.223	3.165	127.588	28.429

Adições e exclusões permanentes								
Equivalência patrimonial	(88.323)	(2.323)	(93.091)	(14.097)	(22.079)	(2.977)	(29.392)	(14.600)
Participação dos administradores	(269)	(547)	(1.380)	(1.717)	(269)	(547)	(1.380)	(1.717)
Incentivo fiscal PDI (i)	(6.385)	-	(6.385)	-	(6.385)	-	(6.385)	-
Prejuízo fiscal de empresa ligadas	-	-	-	-	18.444	-	18.444	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(14.722)	-	-	-	(14.722)
IR/CS sobre resultados no Exterior	76.469	-	76.469	-	27.338	-	27.338	-
Outras adições (exclusões)	(651)	(2.775)	1.568	(2.703)	(4.808)	1.635	8.591	7.041
	<u>62.165</u>	<u>(4.755)</u>	<u>83.281</u>	<u>(10.216)</u>	<u>110.464</u>	<u>1.276</u>	<u>144.804</u>	<u>4.431</u>
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(12.055)	4.761	(26.697)	3.986	(93.860)	(6.644)	(116.088)	(20.707)
Diferido	(50.110)	(6)	(56.584)	6.230	(16.604)	5.368	(28.716)	16.276
	<u>62.165</u>	<u>(4.755)</u>	<u>83.281</u>	<u>(10.216)</u>	<u>110.464</u>	<u>1.276</u>	<u>144.804</u>	<u>4.431</u>

(i) Incentivo – Programa de desenvolvimento industrial.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 909.008.235 (896.900.084 em 31 de dezembro de 2015) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 567.382.491 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 329.121.374 (327.101.649 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por

15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) **Ações em tesouraria**

Corresponde ao entesouramento de 4.949.901 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,6379 (em reais um) por ação. No trimestre foram alienadas 974.068 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R\$ 1,8500 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 2.715. O valor das ações em tesouraria em 30 de setembro de 2016 corresponde a R\$ 22.957. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

20 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	Consolidado	
		30/09/16	31/12/15
Estoques e almoxarifados	Incêndio e riscos diversos	543.446	605.020
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	928.889	801.880
Veículos	Colisão e responsabilidade civil	32.488	35.714
		<u>1.504.823</u>	<u>1.442.614</u>

21 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 30 de setembro de 2016, avais e/ou fianças no montante de R\$ 16.217 (R\$ 18.126 em 30 de setembro de 2015), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R\$ 24.017 (R\$ 27.413 em 31 de dezembro de 2015) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências.

22 Participação de empregados nos lucros e resultados

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do período como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/16 a 30/09/16	01/09/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15	01/07/16 a 30/09/16	01/09/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15
Custo dos produtos e serviços vendidos	17.274	3.812	21.792	8.990	17.274	3.812	21.792	8.990
Despesas com vendas	7.299	357	8.656	2.007	7.299	357	8.656	2.007
Despesas de administração	2.720	1.026	3.860	2.386	2.582	1.453	4.494	3.225
	<u>27.293</u>	<u>5.195</u>	<u>34.308</u>	<u>13.383</u>	<u>27.155</u>	<u>5.622</u>	<u>34.942</u>	<u>14.222</u>

23 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15
Vendas brutas de produtos e serviços	486.389	485.726	1.315.104	1.454.803	788.108	761.616	1.981.023	2.304.974
Impostos sobre vendas e devoluções	(51.710)	(81.418)	(173.732)	(267.090)	(79.945)	(102.972)	(224.794)	(353.245)
Receita líquida	<u>434.679</u>	<u>404.308</u>	<u>1.141.372</u>	<u>1.187.713</u>	<u>708.163</u>	<u>658.644</u>	<u>1.756.229</u>	<u>1.951.729</u>

24 Despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15
Custos de vendas de mercadorias, produtos e serviços	249.198	209.940	659.176	623.418	391.290	335.941	984.898	1.046.601
Serviços de terceiros e outros	40.387	50.646	101.568	114.343	79.467	84.706	161.213	183.909
Remuneração direta	92.796	95.222	257.997	271.045	151.666	175.909	401.933	483.050
Remuneração dos administradores	4.553	3.742	10.761	11.543	4.553	3.742	10.761	11.543
Participação dos empregados nos lucros e resultados	27.293	5.195	34.308	13.383	27.155	5.622	34.942	14.222
Encargos de depreciação e amortização	5.405	5.825	16.419	17.211	14.356	12.057	36.748	35.238
Despesas com previdência privada	5.539	2.766	5.539	8.654	6.043	2.709	5.666	8.695
Outras despesas	6.171	536	38.726	40.524	44.849	3.286	101.235	71.832
Custo total das vendas, de distribuição e despesas administrativas	<u>431.342</u>	<u>373.872</u>	<u>1.124.494</u>	<u>1.100.121</u>	<u>719.379</u>	<u>623.972</u>	<u>1.737.396</u>	<u>1.855.090</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora				Consolidado			
	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15
Alienação de ações da New Flyer	-	-	-	-	269.503	-	269.503	-
IOF – Impostos sobre operações financeiras	(1.448)	(180)	(1.663)	(379)	(1.454)	(205)	(1.684)	(439)
Indenizações trabalhistas	(4.561)	(997)	(14.560)	(10.256)	(4.561)	(997)	(14.560)	(10.256)
Reestruturação da rede de vendas	(25.908)	-	(25.908)	-	(32.705)	-	(32.705)	-
Outras receitas (despesas)	(4.469)	(4.222)	(12.715)	(3.736)	(4.560)	(3.651)	(20.662)	1.403
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(36.386)</u>	<u>(5.399)</u>	<u>(54.846)</u>	<u>(14.371)</u>	<u>226.223</u>	<u>(4.853)</u>	<u>199.892</u>	<u>(9.292)</u>

26 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15	01/07/16 a 30/09/16	01/07/15 a 30/09/15	30/09/16	30/09/15
Receitas financeiras								
Juros e variações monetárias recebidas	2.609	2.329	7.609	6.388	2.634	4.409	5.109	12.852
Juros sobre derivativos	3.371	-	6.872	479	3.371	-	6.872	479
Rendas de aplicações financeiras	27.920	24.909	81.020	63.873	31.583	25.976	90.823	69.333
Variação cambial	40.742	73.839	262.961	178.239	45.573	91.038	278.476	197.070
Variação cambial sobre derivativos	4.217	14.226	28.793	16.286	4.217	14.298	29.403	16.672
Ajuste a valor presente de contas a receber	4.683	4.952	13.619	14.893	6.983	6.727	17.092	20.335
	<u>83.542</u>	<u>120.255</u>	<u>400.874</u>	<u>280.158</u>	<u>94.361</u>	<u>142.448</u>	<u>427.775</u>	<u>316.741</u>

Despesas financeiras								
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19.706)	(17.706)	(55.365)	(47.731)	(25.776)	(15.229)	(64.607)	(52.239)
Juros sobre derivativos	(115)	(1.217)	(1.747)	(1.603)	(115)	(1.217)	(2.010)	(1.603)
Variação cambial	(38.076)	(120.172)	(231.374)	(252.911)	(43.332)	(142.381)	(248.317)	(277.111)
Variação cambial sobre derivativos	(5.934)	(3.999)	(14.811)	(8.101)	(6.024)	(5.192)	(15.982)	(9.567)
Despesas bancárias	(986)	(2.135)	(5.125)	(4.079)	(1.861)	(2.445)	(7.444)	(5.934)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6.262)	(4.279)	(16.222)	(12.703)	(8.307)	(5.251)	(19.326)	(16.958)
	(71.079)	(149.508)	(324.644)	(327.128)	(85.415)	(171.715)	(357.686)	(363.412)
Resultado financeiro	12.463	(29.253)	76.230	(46.970)	8.946	(29.267)	70.089	(46.671)

27 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo	228.779	77.930	230.456	79.185
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	904.058	890.976	904.058	890.976
Lucro por ação	0,2530	0,0874	0,2549	0,0888

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo	228.779	77.930	230.456	79.185
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	904.058	890.976	904.058	890.976
Ajustes de:				
Exercício das opções de compra de ações	4.950	5.924	4.950	5.924
Lucro por ação	0,25168	0,08689	0,2535	0,08829

Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.361.671	1.131.162	1.336.071	1.111.998	25.600	19.164
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	189.237	184.866	189.237	184.866	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.782	1.803	3.782	1.803	-	-
Contas a receber de clientes	940.654	1.032.600	604.830	678.442	335.824	354.158
Estoques	498.436	437.774	498.436	437.774	-	-
Outras contas a receber	296.243	200.714	240.147	154.971	56.096	45.743
	<u>3.290.023</u>	<u>2.988.919</u>	<u>2.872.503</u>	<u>2.569.854</u>	<u>417.520</u>	<u>419.065</u>
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	32.354	47.345	32.354	47.345	-	-
Contas a receber de clientes	488.284	538.215	-	-	488.284	538.215
Outras contas a receber	65.918	76.318	62.015	74.421	3.903	1.897
Investimentos	311.606	516.129	311.606	516.129	-	-
Imobilizado	760.216	561.340	759.888	560.948	328	392
Ágio e intangível	224.957	310.597	224.586	310.154	371	443
	<u>1.883.335</u>	<u>2.049.944</u>	<u>1.390.449</u>	<u>1.508.997</u>	<u>492.886</u>	<u>540.947</u>
Total do ativo	<u><u>5.173.358</u></u>	<u><u>5.038.863</u></u>	<u><u>4.262.952</u></u>	<u><u>4.078.851</u></u>	<u><u>910.406</u></u>	<u><u>960.012</u></u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	253.618	249.138	253.618	249.138	-	-
Empréstimos e financiamentos	962.399	965.139	685.229	690.540	277.170	274.599
Instrumentos financeiros derivativos	1.012	921	1.012	921	-	-
Outras contas a pagar	524.802	376.976	513.241	362.116	11.561	14.860
	<u>1.741.831</u>	<u>1.592.174</u>	<u>1.453.100</u>	<u>1.302.715</u>	<u>288.731</u>	<u>289.459</u>
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.426.561	1.509.707	1.040.003	1.065.107	386.558	444.600
Outras contas a pagar	62.241	74.799	62.241	74.799	-	-
	<u>1.488.802</u>	<u>1.584.506</u>	<u>1.102.244</u>	<u>1.139.906</u>	<u>386.558</u>	<u>444.600</u>
Participação dos acionistas não controladores	<u>30.295</u>	<u>34.098</u>	<u>30.295</u>	<u>34.098</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>1.912.430</u>	<u>1.828.085</u>	<u>1.677.313</u>	<u>1.602.132</u>	<u>235.117</u>	<u>225.953</u>
Total do passivo	<u><u>5.173.358</u></u>	<u><u>5.038.863</u></u>	<u><u>4.262.952</u></u>	<u><u>4.078.851</u></u>	<u><u>910.406</u></u>	<u><u>960.012</u></u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Operações						
Receita líquida de vendas e serviços	1.756.229	1.951.729	1.712.853	1.913.916	43.376	37.813
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.519.782)	(1.624.544)	(1.519.782)	(1.624.544)	-	-
Lucro bruto	236.447	327.185	193.071	289.372	43.376	37.813
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(100.179)	(113.277)	(88.378)	(109.612)	(11.801)	(3.665)
Despesas administrativas	(117.435)	(117.269)	(104.909)	(105.477)	(12.526)	(11.792)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	199.892	(9.292)	202.079	(8.842)	(2.187)	(450)
Resultado de equivalência patrimonial	86.446	42.940	86.446	42.940	-	-
Lucro operacional	305.171	130.287	288.309	108.381	16.862	21.906
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	427.775	316.741	427.775	316.741	-	-
Despesas financeiras	(357.686)	(363.412)	(357.686)	(363.412)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social	375.260	83.616	358.398	61.710	16.862	21.906
Imposto de renda e contribuição social	(144.804)	(4.431)	(137.106)	4.615	(7.698)	(9.046)
Lucro líquido do período	<u>230.456</u>	<u>79.185</u>	<u>221.292</u>	<u>66.325</u>	<u>9.164</u>	<u>12.860</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do período	230.456	79.185	221.292	66.325	9.164	12.860
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	36.748	35.238	36.552	35.017	196	221
Ganho na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis	171.549	2.163	171.547	2.087	2	76
Equivalência patrimonial	(86.446)	(42.940)	(86.446)	(42.940)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.642	(179)	(1.021)	(3.067)	5.663	2.888
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	144.806	4.431	137.108	(4.615)	7.698	9.046
Juros e variações apropriados	(108.440)	227.248	(136.094)	208.390	27.654	18.858
Participações dos não controladores	1.677	1.255	1.677	1.255	-	-
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	226.508	112.693	163.906	81.432	62.602	31.261
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários	10.754	(38.137)	10.754	(38.137)	-	-
(Aumento) redução nos estoques	(21.690)	(4.506)	(21.690)	(4.506)	-	-
(Aumento) redução outras contas a receber	(21.240)	(62.935)	(8.881)	(63.466)	(12.359)	531
Aumento (redução) em fornecedores	(29.898)	(102.728)	(29.898)	(102.728)	-	-
Aumento (redução) passivos atuariais	-	13.607	-	13.469	-	138
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	31.376	91.857	25.567	89.040	5.809	2.817
Caixa gerado nas atividades operacionais	590.802	316.252	484.373	237.556	106.429	78.696
Impostos sobre o lucro pagos	(116.088)	(20.707)	(99.282)	(11.331)	(16.806)	(9.376)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	474.714	295.545	385.091	226.225	89.623	69.320
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	-	(628)	-	(628)	-	-
Aquisição de participação em controlada	4.127	-	4.127	-	-	-
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas	16.020	24.830	16.020	24.830	-	-
Adições de imobilizado	(63.441)	(115.955)	(63.412)	(115.869)	(29)	(86)
Adições de intangível	(1.731)	(1.608)	(1.698)	(1.513)	(33)	(95)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	34	84	34	84	-	-
Caixa líquido obtido das atividades de investimentos	(44.991)	(93.277)	(44.929)	(93.096)	(62)	(181)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ações em tesouraria	1.802	2.788	1.802	2.788	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	556.798	559.546	390.118	389.380	166.680	170.166
Pagamento de empréstimos - principal	(681.992)	(381.774)	(458.893)	(172.503)	(223.099)	(209.270)
Pagamento de empréstimos - juros	(80.357)	(45.340)	(53.651)	(26.188)	(26.706)	(19.152)
Emissão de ações	20.915	-	20.915	-	-	-
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(86.933)	-	(82.226)	-	(4.707)
Caixa líquido aplicado das atividades de	(182.834)	48.287	(99.709)	111.250	(83.125)	(62.963)

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>
financiamento						
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(16.380)	35.993	(16.380)	35.993	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	230.509	286.548	224.073	280.372	6.436	6.176
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.131.162	642.615	1.111.998	615.112	19.164	27.503
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.361.671	929.163	1.336.071	895.484	25.600	33.679

30 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>
Brasil	1.214.503	1.407.512
África	66.921	73.815
Austrália	265.536	247.076
China	42.854	45.075
México	163.087	178.251
Peru	3.328	-
	<u>1.756.229</u>	<u>1.951.729</u>

(b) Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>
Brasil	769.134	581.383
África	12.200	12.699
Austrália	137.035	162.507
Canadá	46.440	88.943
China	4.311	6.098
México	15.951	20.237
Peru	45	-
Uruguai	57	70
	<u>985.173</u>	<u>871.937</u>

31 Eventos subsequentes

(a) Juros sobre capital próprio

Em reunião realizada no dia 07 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou o pagamento, a todos os acionistas da companhia, de juros a título de remuneração do capital próprio por conta do exercício de 2016, a razão de R\$ 0,131 por ação representativa do capital social da companhia, sendo que, do referido valor será retido o Imposto de Renda na Fonte, conforme legislação em vigor. O valor líquido dos referidos juros será imputado ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do presente exercício de 2016.

(b) Aumento de capital por subscrição privada

Em reunião realizada no dia 07 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com possibilidade de homologação parcial, com emissão, para subscrição privada, de novas ações preferenciais escriturais. O valor do aumento será de, no mínimo, R\$ 24.409 mil e no máximo, R\$ 97.638 mil, mediante a emissão privada de, no mínimo 9.040.583 ações preferenciais escriturais e, no máximo, 36.162.333 ações preferenciais escriturais, sem valor nominal. O valor total do aumento de capital será destinado ao Caixa da Companhia.

* * *